

Sobre o trabalho clínico nos grupos de reabilitação de condutores

RUI ARAGÃO OLIVEIRA (**)

A psicopatologia do desenvolvimento tem fornecido importantes contributos para uma melhor compreensão dos processos mentais inerentes aos comportamentos de risco. E, por consequência, julgamos que também tem auxiliado na clarificação dos aspectos objectivos e simbólicos expressos nestas mesmas acções.

Neste trabalho, temos como objectivos a compreensão dos fenómenos mentais da exposição voluntária ao risco, enquadrados na tarefa de condução, e também o recurso importante do trabalho com grupos na promoção da mudança (psíquica e agida). Por um lado, baseamo-nos nos modelos conceptuais da psicologia psicodinâmica, e, por outro lado, recorreremos à experiência clínica com grupos de adolescentes e adultos, que nos últimos 5 ou 6 anos temos animado ou supervisionado.

O RISCO, A ACÇÃO E O MUNDO MENTAL

O modelo conceptual da mente humana tem evoluído de forma notável; felizmente, pensamos nós, sinal do avanço do conhecimento.

Freud, na sua quase monstruosa produção científica, ao longo das 4 décadas do início do século XX, teve sempre a coragem e humildade, para reformular múltiplos conceitos, explicações e até mesmo meras hipóteses de trabalho. O seu rigor metodológico e empenho neste propósito, contextualizado à época, é absolutamente notável e exemplar. O modelo conceptual do funcionamento mental, também ele sofreu tremendas transformações, se bem que nem sempre compreendidas ou devidamente divulgadas. Da primeira para a segunda tónica¹, com a teoria da libido e depois com a teoria estrutural, Freud procurou elaborar no essencial uma teoria da personalidade enquanto instrumento para um ajuste social ou, como comenta no texto “O Eu e o ID”, um instrumento para alcançar uma solução pacífica entre os domínios do Id, do SuperEu e o mundo externo. E, como refere depois em “Análise terminável e interminável”, era um modelo da mente fundamentalmente da ordem do quantitativo.

Mais tarde, já durante as décadas de 30, 40 e 50, surgem as ainda hoje surpreendentes descri-

(*) Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa. E-mail: raragao@ispa.pt

¹ Não tem propósito aqui a devida explicação do significado inerente às tónicas freudianas, até porque outros o têm feito com rigor e reflexão devidamente aprofundada.

ções da vida fantasmática iniciadas por Melanie Klein. Não avançando propriamente um novo modelo conceptual, os seus contributos sobre a concretude da realidade psíquica e a descoberta da identificação projectiva expõe com evidência que não vivemos num só mundo mas sim em vários, e que mentalmente os paradoxos e contradições co-existem, abrindo espaço a outros desenvolvimentos com expressão invulgar, como por exemplo Matte-Blanco tão bem explorou com a bilógica e a ideia da multidimensionalidade da mente.

Bion propõe enfim um modelo qualitativo do funcionamento mental. Descobriu nas suas “experiências com grupos”, nome do seu primeiro livro, a diferenciação entre o trabalho mental e o comportamento e ajuste social.

Diz-nos, então, que qualquer pessoa que tenha contacto com a realidade está sempre consciente ou inconscientemente formando uma estimativa da atitude do grupo para com ela própria. Dessa maneira, o modo pelo qual um homem avalia a atitude do grupo para com ele próprio é, de facto, um importante objecto de estudo, mesmo que não nos conduza a nada mais.

Bion elabora então dois conceitos fundamentais – “mentalidade de grupo” e “cultura de grupo”. Mas antes realça a dificuldade da ambivalência sentida pelos diferentes elementos quando da constituição do grupo: «é claro que quando um grupo se forma, os indivíduos que o formam esperam obter alguma satisfação dele. É claro, também, que a primeira coisa de que se dão conta é de um sentimento de frustração produzido pela presença do grupo de que são membros» (p. 45) (...) «é da natureza dos grupos negar certos desejos satisfazendo outros, mas suspeito que a maior parte do ressentimento é causada pela expressão num grupo de impulsos que os indivíduos desejam satisfazer anonimamente e a frustração produzida no indivíduo pelas consequências que para si mesmo decorrem dessa satisfação.»

A actividade mental colectiva que se produz quando as pessoas se reúnem em grupos estabelece o que Bion denominou por **Mentalidade do Grupo**. É formada pela opinião, vontade ou desejo unânimes do grupo num dado momento. Todos contribuem para ela anónima ou inconscientemente, podendo inclusive estar em desacordo com desejos, opiniões ou pensamentos dos in-

divíduos, produzindo-lhes uma sensação de desconforto, mal estar ou outras reacções.

No fundo, mais não é do que a expressão unânime da vontade do grupo, à qual o indivíduo contribui por maneiras de que não se dá conta, influenciando-o desagradavelmente sempre que ele pensa ou se comporta de um modo diferente.

A estrutura que o grupo adquire em qualquer momento determinado, as ocupações a que se propõe e as organizações que adopta constituem a **Cultura do Grupo**. Cultura que é originária dos aspectos do comportamento do grupo que parecem nascer do conflito entre a mentalidade do grupo e os desejos dos constituintes.

Todos nós vivemos em grupos, e disso temos muita experiência, por inconscientes que sejamos do que isso representa.

Quando se referiu a **Pressupostos Básicos** sobre o funcionamento dos grupos, Bion pretendia clarificar a «crença emocional da qual participam todos os membros do grupo e que os impele, em uníssono, a terem um determinado tipo de fantasias e desejos» (Grinberg, 1957). Essa estrutura emocional colectiva produziria, segundo Bion, regressões de cada indivíduo a padrões de conduta mais arcaicos, caracterizados pela predominância de impulsos irracionais e pela menor integração do Ego.

Estes impulsos emocionais subjacentes ao grupo, e que expressam algo como fantasias grupais, de tipo onnipotente e mágico, relacionam-se com o modo de obter os seus fins ou satisfazer os seus desejos.

Os pressupostos básicos são o equivalente, para o grupo, às fantasias onnipotentes a respeito do modo pelo qual serão resolvidas as suas dificuldades. São estados emocionais tendentes a evitar a frustração inerente ao aprendido por experiência, aprendizagem que implica esforço, dor e contacto com a realidade. Representam, assim, reacções de defesa dos grupos às ansiedades psicóticas: são fantasias grupais onnipotentes e mágicas que fortalecem a tolerância à frustração e se dividem em medo, ódio, angústia, etc...

Do pressuposto básico sobre grupos origina-se um certo número de pressupostos subsidiários, alguns de importância imediata. O indivíduo sente que, num grupo, o bem estar daquele é um assunto de consideração secundária; o grupo vem em

primeiro lugar. Fora dele, o indivíduo é abandonado.

Para o grupo, a necessidade suprema é a de sobreviver, não o indivíduo.

Quando o grupo sustenta a ideia de que está reunido para que alguém proceda à satisfação de todas as suas necessidades e de todos os seus desejos, a crença emocional subjacente aos seus elementos é aquela a que Bion chamou de **Pressuposto Básico de Dependência**. A convicção colectiva é que existe um objecto externo, algo ou alguém, cuja função é promover a segurança do grupo, suposto organismo imaturo.

A sensação de segurança acha-se indissolúvelmente associada a sentimentos de inadaptação e frustração, dependendo da atribuição de onnipotência e “conhecimento mágico” a um dos membros do grupo.

A eleição de um líder do qual o grupo depende para o seu desenvolvimento intelectual e espiritual torna-se uma necessidade. O grupo não pode subsistir sem um conflito com o qual, se o líder aceitar o papel que lhe foi atribuído, irá exercer o poder a que tem direito. O resultado pode não ser aparentemente tão negativo como por vezes se supõem, mas o grupo não progride e desenvolve verdadeiramente. Envolve-se numa euforia, chegando até ao fanatismo, fugindo à dolorosa realidade.

Se o líder recusa o seu papel, o grupo sente-se frustrado e abandonado, e um sentimento de insegurança alastra pelos seus participantes. Quando o líder falha na imagem de um ideal de perfeição, os membros reagem primeiro com ódio e depois com uma rápida e completa desvalorização, iniciando a procura de um substituto.

A cólera e o ciúme são facilmente expressos, mas não possuem a qualidade maciça e não despertam o medo que aparece em outros pressupostos. No entanto, está presente o conflito entre o desejo desta expressão e o desejo de ser maduro e independente.

A dependência é uma regressão à situação da criança pequena ainda dependente para tudo dos seus pais, mesmo nas acções sobre a realidade. A dependência responde a uma fantasia interna do grupo: a fantasia de um chefe inteligente, bom e forte que assume por si as responsabilidades.

A cultura vigente traduz-se numa perda quase total de juízo, e numa passividade praticamente completa. Os elementos tendem a portar-se de

forma idêntica à das crianças, esperando ser tratadas uma de cada vez, e de modo personalizado.

Otto Kernberg, em recente artigo (2003), caracteriza este movimento aqui preponderante como uma regressão narcísica do grupo, onde se dá a emergência de um líder auto-congratulante, admirado por todos, assumindo o papel de autoridade parental, capaz de a todos chegar, e de quem todos os elementos podem depender para seu sustento e segurança. A regressão inerente permite-lhes sentirem-se no direito de serem devidamente tratados e cuidados, reclamando quando tal não sucede, e acentuando a sua passividade.

Esta regressão narcísica do grupo dependente é caracterizada pela prevalência de idealização primitiva e projecção da onnipotência na figura do líder, assim como do agir de uma dependência regressiva parasitária.

Para que este movimento se instale, o grupo selecciona intuitivamente um líder com características narcísicas fortes, i.e., alguém que seja confiante e seguro de si, que goste de ser o centro das atenções, e capaz de reassegurar banalidades e clichés que têm um efeito tranquilizante

Numa outra perspectiva, o grupo pode actuar com a convicção de que existe um inimigo, um perigo, e que é necessário atacá-lo ou fugir dele – **Pressuposto Básico de Ataque-Fuga**.

Em certo sentido, a atitude ataque-fuga é um sinal de solidariedade do grupo, que se reúne para se auto-preservar. O inimigo comum ao grupo acaba, assim, por aproximar os membros que dele fazem parte. A preocupação de preservar o grupo, leva este a ignorar outras actividades ou, se não o puder fazer, a suprimi-las ou a fugir delas.

Por outras palavras, o objecto mau é externo, e a única actividade defensiva perante ele consiste em destruí-lo (ataque) ou evitá-lo (fuga).

No trabalho já referido, Kernberg (2003) descreve a regressão paranóica que podemos encontrar no grupo onde predomina este pressuposto básico: há uma hiper-vigilância e enorme tensão, como que se existisse um perigo comum qualquer que obriga a uma mobilização agressiva conjunta. Os membros do grupo tendem a fazer a divisão entre o “pertencente ao grupo” (*in group*), que envolve o líder, e o “fora do grupo” (*out group*), que é encarado com suspeição. Esta posição reforça a qualidade hostil e paranóica.

O líder, nestes casos, é encontrado muitas vezes em personalidades paranóides, e hipersensíveis

síveis, desconfiadas e agressivas, que alimentam a ideia de que existe um inimigo dentro ou fora do grupo, do qual é necessário defenderem-se.

A tendência vivida pelo grupo é para controlar o líder ou sentir-se controlado por ele, experimentando sensações de proximidade, e projectando a agressão em algo ou alguém exterior. De uma forma sucinta, clivagens, projecções da agressividade, e identificações projectivas prevalecem como mecanismos defensivos.

O grupo pode assim (re)unir-se no processo de idealização do líder paranóide, que os “auxilia” a projectar toda a agressividade para o “fora do grupo”, transformando assim a agressividade *in group* numa lealdade para com o grupo, decorrente da partilha da identificação de todos os seus membros para com o líder.

Ainda um outro funcionamento do grupo, baseado numa crença colectiva e inconsciente, segundo a qual quaisquer que sejam os problemas e necessidades actuais irá haver um facto ou ser futuro que resolverá todos os problemas e perigos, constitui o que Bion chamou de **Pressuposto Básico de Associação ao Par ou Acasalamento**.

O importante neste estado emocional é a ideia de futuro, e não a resolução actual, apoiando-se numa esperança messiânica.

A liderança está relacionada com um par que promete a solução (como o nascimento de um filho), mas sempre num tempo futuro, e que permitirá libertar o grupo dos seus sentimentos presentes de ódio, destruição ou desejo, dando por isso um propósito à união e coesão entre os membros.

Uma característica comum a todos estes grupos de pressupostos básicos é a hostilidade com que se opõem a qualquer estímulo no sentido do crescimento ou desenvolvimento. Há como que uma aversão total a ter de aprender pela experiência, sendo o que Bion encarou como ausência de fé no valor de tal tipo de aprendizagem.

Ao contrário, o **Grupo de Trabalho** (ou refinado) é um estado mental coexistente, que implica contacto com a realidade, tolerância à frustração, e controlo emocional. Supõe a utilização de métodos racionais e científicos na sua forma de abordar problemas, promovendo crescimento e amadurecimento no grupo e nos seus membros, apesar da sensação dolorosa que possa acompanhá-lo.

As intervenções no grupo podem não ser se-

melhantes, mas todas possuem em comum o reconhecimento da necessidade de se desenvolver em vez de se apoiar na eficácia da magia. Quando os elementos se reúnem para uma tarefa específica, a cooperação é conseguida por estes meios de trabalho.

A coexistência destes estados mentais, dos pressupostos básicos e grupo de trabalho, determina um conflito permanentemente suscitado e sempre recorrente no seio do grupo.

O indivíduo parte-se em dois: devido ao facto de se ajustar ao pressuposto básico do grupo, sente que os seus objectivos não estão a ser atingidos ou então detesta os termos científicos com que tem de trabalhar; e se se centra no trabalho sente o cansaço e fastio do grupo.

Embora os pressupostos antes sugiram alternar-se que conflitar-se entre si, a intervenção do grupo de trabalho, através da interferência numa acção alternativa, parece produzir-se alguns dos aparentes efeitos conflituosos. Há como que uma luta entre o grupo de trabalho, permeado por emoções oriundas de um determinado pressuposto básico e dos outros dois pressupostos.

Neste sentido, as combinações emocionais associadas aos pressupostos básicos que não se encontram a influenciar activamente a vida mental do grupo permanecem latentes, às vezes durante períodos consideráveis. Assim, quando um grupo é impregnado pelas emoções do grupo de dependência, os estados emocionais do grupo de ataque-fuga e do grupo de associação ao par encontram-se numa inactividade temporária, manifestando-se num sentido diferente.

Neste contexto, concebe-se que o estado emocional próprio a um pressuposto básico não é inteiramente agradável.

O sujeito, num grupo, está ciente de que as potencialidades adicionais que são activadas pela filiação a esse grupo são, muitas delas, melhor adaptadas para funcionar com um *grupo básico*, ou seja, num grupo que se reúne para agir segundo os pressupostos básicos. No fundo, acabam por se comportar como se disso estivessem conscientes, como indivíduos, mas inconscientes do pressuposto básico como membros do grupo.

Bion concluiu que os pressupostos básicos aparecem como formulações secundárias a uma cena primária muito primitiva, «representada num nível de objectos parciais e associada com uma ansiedade psicótica e mecanismos de divisão e iden-

tificação projectiva tais como os que M. Klein descreveu como características das posições esquizo-paranóide e depressiva» (Bion, 1961, pp. 151-152).

Na sua formulação do funcionamento mental, e não só no que diz respeito aos seus transtornos, logo meramente no campo da psicopatologia, Bion centrou-se ainda na compreensão daquilo que é o pensar. Convenceu-se, então, que era algo que deveria ser aprendido e ensinado, considerando o pensar como um processo que depende do resultado bem sucedido de dois desenvolvimentos mentais básicos: a) a progressão de pensamentos; b) um segundo desenvolvimento, que é o do aparelho que toma em si esses pensamentos, que denominou pensar.

Em ambas as fases podem-se desenrolar componentes psicopatológicos, que podem estar associados a um colapso no desenvolvimento de pensamentos ou no próprio aparelho para pensar ou lidar com os pensamentos. Ou ainda, em ambos os processos. Recapitulando, temos que a criação de um pensamento torna necessário o desenvolvimento de um aparelho para pensá-lo.

Deste modo, Bion considera os pensamentos como epistemologicamente anteriores à capacidade de os pensar, sendo que o pensar se desenvolve como aparelho para lidar com os pensamentos.

Se é este o caso, então, quase tudo vai depender de se evitar ou de se modificar ou de se usar os pensamentos como parte da tentativa de evitar ou modificar algo mais.

Podemos inferir daqui a concepção da função pensante que introduz a noção de uma área da mente susceptível de ser pensada (não psicótica), área essa sujeita à função simbólica, capaz de conter as experiências emocionais e significados outros e a imaginação; já a área inacessível à função simbólica (psicótica, na concepção de Bion), governada por funções de tipo homeostático, não pensante e não criativa, capaz de reagir perante ideias novas e perante o estranho, com angústias de carácter catastrófico.

Importante é igualmente perceber que estas duas áreas da mente coexistem desenvolvimentalmente; isto é, as experiências da realidade interna e externa são simultaneamente tratadas, por um lado, através duma função pensante da mente, capaz de lhe atribuir um significado e de aprender com a experiência; e, por outro lado, numa

outra área da mente incapaz de promover a integração da nova vivência e a transformação inerte, socorrendo-se de mecanismos evacuativos, entre outros, na luta contra elementos desintegradores suscitados por estes contactos com a(s) realidade(s).

Deste modo, podemos perceber que, se na criança esta função elaborativa é mais rudimentar, também a circunstância relacional de maior proximidade é uma realidade mais presente, que lhe permite porventura encontrar um espaço continente fora de si, capaz de a fazer enfrentar e fazer lidar com angústias mais destruturantes que a coloquem verdadeiramente em risco². Já o adolescente, em conformidade com muitos trabalhos epidemiológicos e clínicos, assumem uma outra expressão no seu grau de vulnerabilidade perante factores de risco: o alargamento do leque de experiências vividas, associado ao processo inevitável de autonomia que aí assume lugar de relevo, colocam-no numa posição de maior fragilidade ao enfrentar as angústias que sabemos potencialmente destruturantes. Por isso, as relações sociais com o grupo de iguais, por exemplo, assumem muitas vezes um carácter preponderante como elementos mais ou menos facilitadores do crescimento mental.

O corte epistemológico que Bion, mais ou menos conscientemente nos acaba por propor, permite assim encarar também a dicotomia até então existente entre os aspectos fantasmáticos inconscientes e a acção ou o comportamento agido (logo, entre o agir e o pensar) – pensamento e acção são, na realidade, diferentes vias de externalização e actualização do fantasma inconsciente!

Este facto permite-nos ler o acto de risco de forma diferente: já não é apenas uma descarga pulsional ao serviço do prazer, já não é somente

² Assumimos, aqui, o conceito de risco nos seus aspectos que conjugam as abordagens epidemiológicas, sobre factores de riscos externos, com as de natureza predominantemente clínica, onde a capacidade de elaboração interna e de risco nos remetem para os conceitos de vulnerabilidade, e portanto no assumir do carácter subjectivo da vida mental com poder desestabilizador dos referidos factores de risco.

motricidade capaz de produzir efeitos na realidade externa, mas tem uma tradução e efeito interno a considerar.

A resposta do objecto (ou complexidade de situações objecto) sobre o qual se exerce uma acção é, antes de mais, fantasiada e só depois percebida e percebida.

Sabemos que nenhum acto é expressão directa do fantasma, porque há um pensamento interviniente; tal como sabemos que no agir existe sempre uma componente de insatisfação, pelo simples facto da exclusão automática de outras potenciais possibilidades. Daí a importância dos processos fantasmáticos e da capacidade de pensar como elementos transformadores. Intervir a este nível significa estimular esta capacidade transformadora capaz de oferecer ao Ser-humano aquilo que pensamos mais exclusivo: a possibilidade de escolha, de opção no agir, e consequente de um assinalável mobilismo psíquico.

Fica então mais claro toda a complexidade dos intervenientes internos e externos, da sua ambivalência, do controlo desejado e/ou retenção do objecto/situação, e do conflito suscitado se polarizar ora mais no objecto/situação ora em si próprio.

Assim, temos definido o objecto principal do nosso trabalho – a saber, o papel do risco assumido fantasmaticamente no interior de cada um. Somente a “*belle indifferença*” não auxilia o processo.

No trabalho com grupos de indivíduos envolvidos nos processos de reabilitação de condutores infractores ou de inabilitados, os sujeitos devem ser capazes de permanecer dentro da sua própria organização de personalidade, olhando as coisas da sua própria perspectiva, mas também serem capazes de ter uma parte do seu Self aliada ao do orientador, para desse modo olhar e começar a reconhecer o seu próprio modo de operar, podendo desta forma levar, conforme o evoluir do trabalho, a uma consideração do “por que” daquilo que está a ocorrer. Tal significa que não se trata apenas de o psicólogo mudar o ponto de vista dos sujeitos – como algo que vem de fora –, mas que a compreensão, porque baseada na experiência, pode ser absorvida pelos intervenientes, tornando-se parte integrante de si mesmos.

A nossa preocupação, no trabalho com estes grupos, não é a de saber se a mudança eventual é boa, regressiva ou perversa, etc. – esse será o

modo como eles conseguem manter o seu próprio equilíbrio. Se, pelo contrário, a nossa abordagem supuser à partida ideias de como eles deveriam estar a funcionar, não só deixamos de compreender os detalhes do sistema em que funcionam, mas inconscientemente estamos a influenciá-los para fornecerem determinado tipo de respostas, para que se harmonizem connosco, e para que gratifiquem os nossos desejos de mudança...; ou, então, para que se revoltam contra nós mais ou menos explicitamente.

Podemos conceber ainda a natureza da mudança psíquica, usando os termos de Melanie Klein, como um movimento que parte de um tipo de relação onipotente e narcísica de um sujeito rigidificado na posição esquizo-paranoide, em direcção ao estabelecimento de relações de objecto mais reais e totais, com um senso de maior responsabilidade pelos seus próprios impulsos, e pelos vínculos que o ligam aos outros, e ainda o início do estabelecimento de uma capacidade de considerações e culpa, que o redireccione à posição depressiva.

As resistências inerentes não são apenas individuais, mas igualmente sociais, envolvendo o uso de terceiros. Utilizar o grupo para trabalhar estes aspectos é, em nossa opinião, um excelente recurso, onde facilmente se evidenciam estes mesmos processos de forma espontânea.

A presença de um grupo desencadeia só por si um certo número de emoções e atitudes que se oferecem como excelente meio de trabalho, onde o interesse metodológico das situações projectivas, propostas nas diversas dinâmicas, realça com toda a clareza que elas são as mais aptas para o manifestar da relação entre a representação e o objecto representado.

A dimensão individual das representações associadas às problemáticas do risco, a sua expressão no domínio rodoviário e a sua modificação através dos processos grupais assumem-se, então, como principais pontos de referência de toda a intervenção desenvolvida.

As histórias evolutivas destes grupos rapidamente deixam que a sua imaturidade se revele: na tendência para rápida e quase cegamente diferenciar o que é bom do que é mau (o exemplo clássico é a avaliação dos outros como condutores e de nós próprios); na intolerância perante a ambivalência (as regras e as leis, num simples e rápido exemplo, independentemente da sua com-

plexidade, são rapidamente classificadas usualmente conforme os resultados da experiência pessoal); na divisão entre um mundo idealizado e figuras persecutórias; e, ainda, na construção de uma moralidade primitiva em que os maus são punidos e os bons sempre triunfam ou obtêm reconhecimento.

O que temos presenciado nas acções de reabilitação de condutores, além de confirmar a predominância destas complexas questões, e o esforço por vezes notável de lidar melhor ou pior com o sofrimento inerente, leva-nos a diferenciar duas posições que usualmente se assumem como protagonistas de um conflito interno patente: por um lado, entre o sentir e o esforço mental elaborativo de uma complexa teia de emoções e pensamentos; e, por outro, aceder de algum modo às ideias/sentimentos, etc., mas sentir-se incapaz de sozinho as integrar, e pensar, passando a usar ideias e soluções captadas em relacionamentos mais superficiais, que se sabem imperfeitas, na tentativa de uma justificação repetida incessantemente em certo tipo circular de actividade no qual ficam presos, o que permite pouca ou nenhuma variação na atitude e no pensamento, apesar do incómodo por vezes sentido.

Se na primeira situação se procura o aprender com a experiência, integrando e elaborando as questões externa/interna que surgiram, a segunda posição reflecte a incapacidade de se transformar, independentemente das consequências, quer do ponto de vista externo quer do ponto de vista daquelas que dentro de si vão surgindo incontroladamente. A predominância desta posição leva à passividade extrema e à indiferença face à problemática da segurança, colocando fora de si a sanidade e a responsabilidade de qualquer progresso, assim como a indispensável ambivalência e culpabilidade são deste modo evitadas.

A primeira posição implica o elaborar de uma ansiedade de cariz depressivo, capaz não só de se ver a si próprio como objecto total, mas também de se relacionar com os objectos totais: o carro, o sistema rodoviário e o judicial, a situação de risco, etc., compostos agora de coisas boas e simultaneamente menos boas, do gozo do prazer contraposto ao incómodo frustrante da realidade.

Diríamos, então, e nesta linha de pensamento, que será na relação interna de ambivalência entre o confrontar-se com o “mau estar” depressivo

(da procura do objecto total) e o esforço do evitamento emocional (por isolamento dos afectos, eventual racionalização, e usos de mecanismos projectivos), onde o “mau” e desagradável, o incómodo e confundente são expelidos, que se joga verdadeiramente todo o trabalho clínico com estes grupos.

A relação frequentemente imatura com a autoridade surge também ela na relação do grupo com o orientador, proporcionando-se assim um momento fulcral para a sua integração. Sendo incapazes de se identificarem positivamente com a autoridade, igualmente sentem como algo difícil exercê-la em si próprios. Surgem como relativamente conscientes dos processos implicados, mas, no entanto, sem uma boa e madura autoridade interna – que acaba negada ou emocionalmente evacuada para figuras externas de autoridade que se personificam como rudes e punitivas. Deste modo, revelam a sua tendência para desafiar a autoridade e quebrar as regras, também elas existentes no funcionamento do grupo.

O espaço oferecido através das acções de reabilitação de condutores infractores procura que o sujeito, livre da pressão judicial basicamente repressiva e punitiva, encontre uma perspectiva essencialmente compreensiva.

Nesta situação, o sujeito, livre e espontaneamente, poderá também actuar transferencialmente na acção, dando então oportunidade ao animador de comentar, associando porventura a outras actuações da vida real, tendo em vista a elaboração e integração mental.

A acção, ainda que de forma limitada, deverá fomentar a transformação das funções emocionais projectivas, a partir de uma função introjectiva capaz de permitir ao sujeito desenvolver o pensamento de maneira a que adquira compreensibilidade, *insight* e capacidade para tolerar a incerteza.

Sabemos, pela investigação clínica, que os indivíduos fazem uso, quase sempre inconscientemente, das suas relações sociais, associando-se e cooperando, de forma a reforçar as suas defesas e mecanismos mentais. Pensamos que o que diferencia a dinâmica de grupo dirigida na acção de reabilitação, das dinâmicas criadas com outros grupos é exactamente este carácter de contenção capaz de promover crescimento e desenvolvimento.

As estruturas vinculares que se estabelecem,

principalmente na forma como elas existem na representação mental do sujeito, caracterizam-se frequentemente como elementos facilitadores e estimulantes dos comportamentos de risco.

As relações criadas na acção, e quando esta alcança o êxito pretendido, podem ser sentidas inicialmente com fracionantes e desencadeantes depressivos, pois são ameaçadoras dos padrões relacionais mais ou menos rigidificados que buscam o grupo de iguais – reforçadores e reconfortantes.

Cremos, no entanto, que será a partir do fortalecimento deste vínculo que a verdadeira transformação de atitude face ao risco se poderá instalar e desenvolver. O grupo deverá permitir a formação de uma matriz, como um lugar em que algo/os seus membros podem crescer!!

Pensamos, ainda, que se os condutores infractores agradecem esta abordagem compreensiva é porque os liberta de alguma ansiedade, e pelo suporte mobilizado para enfrentar dificuldades e perigos dificilmente comunicáveis. Reduzindo a ansiedade, o funcionamento inconsciente de carácter mais defensivo diminui, em benefício do melhor desempenho e do bom senso que acima de tudo cremos que prevaleça.

REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. e col. (1978). *O trabalho psicanalítico nos grupos*. Lisboa: Moraes Editores.
- Bion, W. (1961). *Experiências com grupos. Os fundamentos da psicoterapia de grupo*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1968
- Grinberg, L. (1973). *Introdução às ideias de Bion*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, 1973.
- Grinberg, L., Langer, M., & Rodrigué, E. (1957). *Psicoterapia de grupo*. São Paulo: Editora Forense Universitária, 1976.
- Kaes, R. (1976). *El aparato psíquico grupal*. Barcelona: Gedisa Editorial, 2000.

- Kaiser, G. (1979). *Delincuencia de trafico y su precension general*. Madrid: Espasa-Calpe, S.A..
- Kernberg, O. F. (2003). Sanctioned social violence: a psychoanalytic view – part I. *International Journal of Psychoanalysis*, 84, 683-698.
- Lyth, I. M. (1989). *The dynamics of the social – selected essays*. London: Free Association Books.
- Oliveira, R. A. (2001). *Do risco à segurança – percursos humanos*. Comunicação apresentada no I Encontro Nacional «Segurança Viária em Meio Urbano», Lisboa, 2001.
- Oliveira, R. A. (2001). Reabilitação de condutores alcoolizados. In Arménio Sequeira (Ed.), *Reabilitação e inserção social: novas áreas de estudo, novas respostas profissionais* (pp. 129-138). Lisboa: ISPA.

RESUMO

Neste trabalho, temos como objectivos a compreensão dos fenómenos mentais da exposição voluntária ao risco, enquadrados na tarefa de condução, e também o recurso importante do trabalho com grupos na promoção da mudança (psíquica e agida). Por um lado, baseamo-nos nos modelos conceptuais da psicologia psicodinâmica, e, por outro lado, recorreremos à experiência clínica com grupos de adolescentes e adultos, que nos últimos 9 anos temos vindo a animar ou supervisionar.

Palavras-chave: Risco, comportamentos de risco, reabilitação, condutores infractores.

ABSTRACT

The principal aim of this work is to analyze mental states associated with risk behaviors in drive tasks. Group dynamics are considered as an important work to promote internal transformation and prevent risk behavior in drive task. The author applied to his experience of the last 9 years with rehabilitation groups with traffic offenders.

Key words: Risk, risk behavior, rehabilitation, traffic offenders.